



PREFEITURA DE
CARIACICA



M0796001N

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019
NÍVEL SUPERIOR - MANHÃ

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I – FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____



Composição do Caderno

Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico	11 a 15
Informática Básica	16 a 20
Legislação Específica Municipal	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 80



Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.

2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●

3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.

4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.

5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.

7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!

Previsto no art. 311 - A do Código Penal

Análise os textos I e II para responder às questões 01 a 10.

Texto I



Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/fotogaleria/dez-charges-internet/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

Texto II

O vício em smartphones prejudica profissionais e empresas

Nomofobia é a moléstia psíquica relacionada ao pavor de ser separado de seu smartphone

(...) Os smartphones surgiram no fim da década de 1990 e foram adotados em massa na década seguinte. De símbolo de status, transformaram-se rapidamente em bem de consumo obrigatório para todas as idades e estratos sociais.

Junto às fantasias prometidas pela tecnologia, vieram os efeitos colaterais. No fim de 2016, a American Academy of Pediatrics divulgou um estudo bem amplo sobre os efeitos das mídias digitais (frequentemente difundidas por meio de smartphones) sobre crianças e adolescentes.

Na longa lista de problemas, velhos conhecidos de pais e mães: efeitos negativos sobre o sono, a atenção e o aprendizado; relação preocupante com a obesidade e a depressão; exposição a conteúdos inadequados; e riscos relacionados à privacidade.

Em um ensaio de grande repercussão veiculado na revista *The Atlantic* em 2017, Jean M. Twenge, professora de psicologia na Universidade Estadual de San Diego, alertou sobre o risco de uma crise mental iminente afetando crianças e adolescentes. (...)

Para adultos no mundo do trabalho, os efeitos começam a ser estudados e analisados. A conectividade 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) já existia antes dos smartphones, porém foi intensificada com os novos aplicativos de troca de mensagens. A disponibilidade permanente gera ansiedade e estresse ou tecnoestresse, outra invenção da época. (...)

No trabalho, percebe-se facilmente o efeito negativo dos aparelhinhos sobre a produtividade. Faltava, entretanto, comprovação científica. O estudo, conduzido com 262 voluntários, comprova que há relação entre o vício em smartphone e a percepção de perda de produtividade.

Diversos outros estudos revelam que o uso dos smartphones rouba horas do dia de trabalho. Seus sinais visuais e sonoros constantes interrompem fluxos de raciocínio e prolongam desnecessariamente o tempo de realização de atividades.

O uso mal administrado de smartphones ajuda a criar um ambiente de emergência permanente, transforma problemas gerenciáveis em incêndios ameaçadores e faz com que todos se sintam como bombeiros sem equipamentos, frustrados e impotentes, diante de circunstâncias supostamente avassaladoras.

De forma geral, o entendimento científico sobre os efeitos colaterais dos smartphones ainda está engatinhando. Vários efeitos e fenômenos correlatos precisam ser estudados e compreendidos. (...)

Realizar mais estudos científicos é importante para contrapor à propaganda avassaladora dos fabricantes de smartphones, coligados e inocentes úteis da mídia. Não se trata de combater, tal qual luditas, a tecnologia. Os pequenos computadores pessoais constituem avanço importante. É preciso, entretanto, conhecer melhor seus efeitos colaterais e desenvolver antídotos.

Adaptado de: <http://debatendo-a-educacao.blogspot.com/2017/12/>. Acesso em: 08 dez. 2019.

1. Sobre os textos I e II, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Tanto o texto I quanto o texto II centralizam sua temática no isolamento social provocado pelo uso intensivo de smartphones.
- (B) O texto I, dado o gênero textual a que pertence, tece uma crítica a quem, por usar de modo demasiado o celular, acaba afastando-se do convívio social.
- (C) Segundo o autor do texto II, o vício em celulares pode ser considerado uma doença relativa à esfera mental ou comportamental do indivíduo.
- (D) No texto II, afirma-se que as pesquisas científicas sobre as consequências produzidas pelo uso imoderado de smartphones ainda estão em fase inicial, necessitando, portanto, de maiores investigações e embasamentos, a fim de se entender, com mais precisão, todas as suas implicações.

2. O texto I compara, de modo figurado, o estado de reclusão – em que muitos usuários excessivos de celulares se encontram – com a condição de pessoas que vivem em ilhas. Tal recurso expressivo pode ser classificado como

- (A) metonímia.
- (B) sinédoque.
- (C) catacrese.
- (D) metáfora.

3. Considerando o seguinte excerto, extraído do texto II, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

“Nomofobia é a moléstia psíquica relacionada ao pavor de ser separado de seu smartphone”.

- I. Os termos “psíquica” e “relacionada” caracterizam o nome “nomofobia”.
- II. O substantivo “moléstia”, nesse contexto, poderia ser substituído por “mal”, “desconforto”, “inquietação”.
- III. A locução “ser separado” apresenta um verbo na forma nominal do infinitivo e outro na forma nominal do particípio, respectivamente.
- IV. O termo “seu”, pronome demonstrativo, faz referência a qualquer pessoa que viva situações de pânico ao não ter à mão um celular, smartphone ou afim, para se comunicar.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.

4. “Na longa lista de problemas, velhos conhecidos de pais e mães: efeitos negativos sobre o sono, a atenção e o aprendizado; relação preocupante com a obesidade e a depressão; exposição a conteúdos inadequados; e riscos relacionados à privacidade.”. No excerto apresentado, o acento grave, indicativo de crase, foi empregado por qual razão?

- (A) Devido ao trecho “à privacidade” corresponder a uma expressão adverbial de base feminina.
- (B) Devido ao uso da palavra “relacionados”, que sempre ocasiona a ocorrência de crase, ao ser empregada.
- (C) Em decorrência da junção da preposição “a”, que rege o termo “relacionados”, com o artigo “a”, que acompanha “privacidade”.
- (D) Por causa da união da preposição “a”, que rege o vocábulo “relacionados”, com o pronome oblíquo “a”, que acompanha “privacidade”.

5. Assinale a alternativa que apresenta uma explicação INCORRETA quanto ao emprego da vírgula.

- (A) Em “No fim de 2016, a American Academy of Pediatrics divulgou um estudo bem amplo sobre os efeitos das mídias digitais (...)”, a vírgula foi utilizada para marcar inversão na posição do adjunto adverbial para o início da oração.
- (B) No excerto “Faltava, entretanto, comprovação científica.”, tal sinal de pontuação foi empregado para marcar a intercalação da conjunção “entretanto”.
- (C) Em “O uso mal administrado de smartphones ajuda a criar um ambiente de emergência permanente, transforma problemas gerenciáveis em incêndios ameaçadores e faz com que todos se sintam como bombeiros sem equipamentos (...)”, a vírgula foi utilizada para separar orações coordenadas assindéticas.
- (D) No excerto “(...) Jean M. Twenge, professora de psicologia na Universidade Estadual de San Diego, alertou sobre o risco de uma crise mental iminente afetando crianças e adolescentes. (...)”, as vírgulas foram empregadas para isolar um vocativo.

6. Considere os seguintes excertos:

- “De símbolo de status, transformaram-se rapidamente em bem de consumo obrigatório para todas as idades e estratos sociais”.
- “No fim de 2016, a American Academy of Pediatrics divulgou um estudo bem amplo sobre os efeitos das mídias digitais (...)”.

Sobre o uso do termo em destaque em ambos os excertos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O termo “bem” tem as mesmas funções – sintática e semântica – nos dois contextos em questão.
- II. No primeiro caso, “bem” funciona como substantivo e, no segundo, como advérbio.
- III. No primeiro caso, “bem” refere-se à designação para “aquilo que alguém possui” e, no segundo, intensifica o adjetivo “amplo”.
- IV. No primeiro caso, “bem” tem sentido de algo que “causa alegria, sensação positiva” e, no segundo, indica uma circunstância de modo.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e IV.

7. Considerando as regras de acentuação da Língua Portuguesa, analise os excertos que seguem e assinale a alternativa que apresenta, em destaque, palavras acentuadas pela mesma razão.

- (A) “Os smartphones surgiram no fim da década de 1990 (...)”; “(...) transforma problemas gerenciáveis em incêndios ameaçadores (...)”.
- (B) “O uso (...) ajuda a criar um ambiente de emergência permanente, transforma problemas gerenciáveis em incêndios ameaçadores (...)”.
- (C) “(...) exposição a conteúdos inadequados (...)”; “(...) fabricantes de smartphones, coligados e inocentes úteis da mídia”.
- (D) “Faltava (...) comprovação científica”; “(...) fabricantes de smartphones, coligados e inocentes úteis da mídia”.

8. Na Língua Portuguesa, a palavra “SE” pode pertencer a várias categorias gramaticais. Tal termo pode, por exemplo, funcionar como partícula apassivadora (ou pronome apassivador) quando, ligado a um verbo transitivo direto, torna a oração passiva. Considerando as informações apresentadas e seu conhecimento sobre o assunto, assinale a alternativa em que “SE” está funcionando como partícula apassivadora.

- (A) “No trabalho, percebe-se facilmente o efeito negativo dos aparelhinhos sobre a produtividade.”.
- (B) “De símbolo de status, transformaram-se rapidamente em bem de consumo obrigatório (...)”.
- (C) “(...) e faz com que todos se sintam como bombeiros sem equipamentos, (...)”.
- (D) “Não se trata de combater, tal qual luditas, a tecnologia.”.

9. Referente aos processos de formação de palavras, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () No excerto “(...) exposição a conteúdos inadequados; (...)”, os termos destacados formaram-se a partir do mesmo processo, ou seja, derivação sufixal.
- () Em “O estudo, conduzido com 262 voluntários, comprova que há relação entre o vício em smartphone e a percepção de perda de produtividade.”, os substantivos destacados formaram-se por derivação regressiva, isto é, subtração da desinência “r” – e consequente troca da vogal – dos verbos equivalentes no infinitivo (“estudar” e “perder”).
- () No excerto “(...) prolongam desnecessariamente o tempo de realização de atividades.”, o termo em destaque formou-se pelo acréscimo do prefixo “des” e do sufixo “mente” à base “necessária” – um caso de derivação parassintética.
- () Em “(...) como bombeiros sem equipamentos, frustrados e impotentes, (...)”, o termo destacado formou-se por derivação prefixal, uma vez que houve a anexação do prefixo de negação “im” à base “potente”.

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.

10. Em “A conectividade 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) já existia antes dos smartphones, porém foi intensificada com os novos aplicativos de troca de mensagens.”; “Seus sinais visuais e sonoros constantes interrompem fluxos de raciocínio e prolongam desnecessariamente o tempo de realização de atividades.”, as conjunções em destaque indicam, respectivamente, ideias de

- (A) concessão e conformidade.
- (B) adição e consequência.
- (C) contraste e justificativa.
- (D) oposição e adição.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. O décimo segundo termo da sequência numérica (1728, 1331, 1000, 729, ...) é igual a

- (A) 72.
- (B) 30.
- (C) 8.
- (D) 1.

12. Um digitador precisa cadastrar todas as empresas comerciais de uma cidade. No primeiro dia de cadastramento, o digitador conseguiu cadastrar $\frac{2}{7}$ do total de empresas e, no segundo dia, o digitador conseguiu cadastrar a metade do total de empresas cadastradas no dia anterior. Dessa forma, é correto afirmar que

- (A) nos dois dias de cadastramento, o digitador cadastrou $\frac{4}{7}$ do total de empresas.
- (B) ainda resta mais da metade das empresas para serem cadastradas.
- (C) ainda resta menos da metade das empresas para serem cadastradas.
- (D) nos dois dias de cadastramento, o digitador cadastrou exatamente a metade do total de empresas.

13. Segundo o raciocínio lógico, por definição, a negação da proposição composta “Matemática é fácil ou Física tem poucas fórmulas” é dada por

- (A) “Matemática é fácil e Física não tem poucas fórmulas”.
- (B) “Matemática não é fácil e Física tem poucas fórmulas”.
- (C) “Matemática não é fácil e Física não tem poucas fórmulas”.
- (D) “Matemática não é fácil ou Física não tem poucas fórmulas”.

14. Duas peças teatrais foram apresentadas em um teatro, em dois horários distintos. A primeira peça começou às 19h, com duração de 1 hora e a segunda começou às 20h 30min, com a mesma duração da peça anterior. 260 pessoas compareceram ao teatro durante a apresentação dessas duas peças, sendo que, desse total, 180 pessoas assistiram à primeira peça teatral e 60 pessoas assistiram às duas peças teatrais. Dessa forma, a quantidade de pessoas que assistiu à segunda peça teatral é igual a

- (A) 70.
- (B) 100.
- (C) 120.
- (D) 140.

15. Um profissional recebe R\$ 160,00 por cada dia trabalhado. Se esse profissional trabalhar exatamente 20 dias em cada mês, durante 1 semestre, então a quantia que sobra para esse profissional, sabendo que, em cada mês desse período, existe uma despesa com pagamentos de contas igual a R\$ 1.500,00, é igual a

- (A) R\$ 10.200,00.
- (B) R\$ 12.400,00.
- (C) R\$ 9.000,00.
- (D) R\$ 8.400,00.

INFORMÁTICA BÁSICA

16. Acerca dos softwares utilitários, os compactadores de arquivos são muito utilizados para que os arquivos compactados ocupem menos espaço em seu armazenamento. Assinale a alternativa que apresenta a extensão de um arquivo compactado.

- (A) .txt
- (B) .bmp
- (C) .zip
- (D) .mpeg

17. Considerando o Windows 10, versão em português, em sua instalação padrão, no Explorador de Arquivos, a antiga funcionalidade conhecida como “MEU COMPUTADOR” recebeu a nova nomenclatura de

- (A) Computador Gerencial.
- (B) Status Geral.
- (C) Computador Local.
- (D) Este Computador.

18. Considerando o Microsoft Word 2010, versão em português, assinale a alternativa correta.

(Obs.: para a resolução dessa questão, deve ser considerada a configuração padrão dos botões do mouse).

- (A) A tecla F8 abre a funcionalidade Ortografia e Gramática.
- (B) Ao realizar um clique triplo (três cliques consecutivos) com o botão esquerdo do mouse em qualquer lugar do texto, todo o parágrafo será selecionado.
- (C) Ao realizar um clique duplo (dois cliques consecutivos) com o botão direito do mouse sobre uma palavra, será aberta a funcionalidade Sumário.
- (D) A tecla F12 permite fechar o documento.

19. Acerca do Microsoft Word 2010, versão em português, assinale a alternativa que apresenta a fórmula capaz de produzir como resultado o valor 10.

- (A) $=SE(1+2*2^2<10;5+2*3-1;SOMA(3;2-5))$
- (B) $=3+2^2+3!$
- (C) $=SE(1^1>2^0;7+3;2+2*2+2)$
- (D) $=10-2/2+6$

20. Considerando o navegador Mozilla Firefox, versão 71 em português, é correto afirmar que a tecla de atalho CTRL + SHIFT + P (Obs.: o caractere + foi utilizado apenas para interpretação).

- (A) imprime a página em PDF.
- (B) abre uma nova aba.
- (C) acessa o recurso Painei.
- (D) abre uma nova janela privativa.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA MUNICIPAL

21. Segundo a Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, dá-se o exercício direto do poder pelo povo do Município mediante

- (A) plebiscito e protesto.
- (B) referendo e impeachment.
- (C) ação fiscalizadora sobre a administração pública e protesto.
- (D) plebiscito e iniciativa popular no processo legislativo.

22. Em leitura à Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, é correto afirmar que

- (A) é permitido ao Município estabelecer cultos religiosos ou igrejas e patrociná-los.
- (B) são símbolos do Município, representativos de sua cultura e história, a Bandeira e o Hino, instituídos em lei.
- (C) a sede do Município tem categoria de vilarejo.
- (D) os limites do território do Município podem ser aumentados por conquista militar.

23. Em relação à Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Município exercer fiscalização sanitária.
- (B) O Município não tem competência para zelar pela Constituição Federal.
- (C) É proibido ao Município promover programas de construção de moradias.
- (D) O Município tem competência para preservar a flora, mas não a fauna.

24. Em se tratando das regras da Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Cabe à Câmara Municipal no prazo de sessenta dias, após comunicação ao Tribunal de Contas da União, sustar a

execução de contrato por ele impugnado, devendo, de imediato, solicitar ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

- (C) As contas do Município ficarão, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
- (D) Apenas o cidadão filiado a partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

25. Sobre a Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, assinale a alternativa correta.

- (A) Os vencimentos dos servidores municipais devem ser pagos até o quinto dia útil do mês de trabalho, corrigindo-se os seus valores na forma da lei se tal prazo ultrapassar o último dia do mês subsequente ao vencido.
- (B) É garantido o direito à livre associação sindical dos servidores público municipais, mas não o direito de greve.
- (C) Dos cargos comissionados do Poder Executivo, 20% (vinte por cento) deverão ser preenchidos por servidores efetivos do Município de Cariacica.
- (D) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial monocrática confirmada em acórdão colegiado.

26. Assinale a alternativa correta sobre o regime do ISSQN na Lei Complementar nº 27 de 2009 do Município de Cariacica/ES.

- (A) O imposto incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego.
- (B) O imposto não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- (C) Qualquer subsídio ou isenção de ISSQN pode ser concedido ou revogado por decreto editado pelo Prefeito Municipal.
- (D) Os espetáculos circenses e teatrais apresentados por companhias nacionais no Município de Cariacica/ES não terão isenção de ISSQN.

27. Integram o Sistema Tributário do Município de Cariacica/ES as espécies

- (A) IPTU e IOF.
- (B) IPTU e ITR.
- (C) Taxas e IPI.
- (D) ITBI e contribuição de melhoria.

28. Sobre o processo tributário municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins processuais, considera-se "Fazenda Pública" o sujeito passivo a qualquer título, na relação jurídica material que decorra obrigação tributária.
- (B) O processo administrativo tributário municipal será informado pelos princípios da ampla instrução probatória, da motivação, da celeridade e da economia processual, sem prejuízo de outros direitos e garantias constitucionais.
- (C) A ciência dos despachos e decisões dos órgãos da administração tributária, preparadores e julgadores, dar-se-ão por intimação pessoal, sendo vedada a expedição de edital.
- (D) O procedimento fiscal terá início com a notificação preliminar, mas não com a apreensão de notas fiscais.

29. Assinale a alternativa correta quanto ao regime do IPTU na Lei Complementar nº 27 de 2009 do Município de Cariacica/ES.

- (A) Considera-se como urbano o imóvel localizado em região beneficiada com abastecimento de água e sistema de esgoto sanitário.
- (B) Todo imóvel que seja contemplado por rede de iluminação pública no território de Cariacica/ES é devedor de IPTU.
- (C) O imposto não incide sobre o bem imóvel localizado fora da zona urbana, que seja utilizado como sítio, chácara de recreio ou lazer.
- (D) É pessoalmente responsável pelo pagamento do IPTU o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão, mas não o síndico.

30. Assinale, dentre as seguintes, a alternativa INCORRETA sobre o tema "taxas".

- (A) Os sujeitos passivos das taxas são os comerciantes, industriais, profissionais, prestadores de serviços e outros, estabelecidos ou não.
- (B) Considera-se estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, profissional, de prestação de serviço e similar, ainda que exercida no interior de residência, com localização fixa ou não.
- (C) As atividades cujo exercício dependa de autorização de competência exclusiva do Estado e da União estão isentas da taxa municipal de licença para localização e autorização de funcionamento.
- (D) A taxa de licença para execução de obras é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Assinale a alternativa correta sobre a ordem tributária prevista na Constituição da República.

- (A) Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas não poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.
- (B) A União, mediante lei ordinária, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (C) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não poderão ter alíquotas *ad valorem*, nem ter por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.
- (D) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

32. Sobre as limitações constitucionais do poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- (A) A União poderá instituir isenções de tributos da competência dos Estados ou dos Municípios por meio de lei complementar.
- (B) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (C) Somente emenda constitucional de caráter *erga omnes* determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- (D) É vedado à União, mas permitido aos Estados, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

33. Acerca da competência tributária para instituir impostos, é correto afirmar que

- (A) o imposto sobre propriedade territorial rural será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (B) o imposto sobre propriedade territorial rural também incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- (C) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização.
- (D) o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação terá competência para sua instituição regulada por lei ordinária se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

34. Acerca da disciplina constitucional das limitações do poder de tributar, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, exceto sobre suas fundações de direito privado.
- (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do

início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

- (C) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

- (D) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

35. Em se tratando das regras gerais do imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) prescritas na Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O imposto não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (B) O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios.
- (C) O imposto não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.
- (D) A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

36. Conforme o direito tributário brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o Código Tributário Nacional, são tributos apenas os impostos e as taxas.
- (B) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (C) Imposto é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

- (D) Para o Código Tributário Nacional, os impostos têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

37. O Código Tributário Nacional conceitua "tributo". Sobre sua significação, assinale a alternativa correta.

- (A) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, por obrigação principal ou sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (B) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou serviço *ad valorem*, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (C) Tributo é toda prestação pecuniária voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (D) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

38. Um dos tributos previstos na legislação é aquele incidente sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados, tendo como fato gerador a saída destes do território nacional. Essa espécie tributária denomina-se

- (A) taxa.
- (B) imposto.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) empréstimo compulsório.

39. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. Para os efeitos desse imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- (A) sistema de esgotos sanitários e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.
- (B) rede de iluminação pública e biblioteca municipal em um raio de 5 (cinco) quilômetros.
- (C) abastecimento de água e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- (D) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, e cobertura asfáltica das vias de acesso ao imóvel.

40. A lei relativa à contribuição de melhoria deve observar alguns requisitos. Assinale a alternativa que apresenta um desses requisitos.

- (A) Publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- (B) Fixação de prazo não inferior a 300 (trezentos) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos na publicação prévia.
- (C) Publicação prévia da delimitação da zona prejudicada.
- (D) Fixação de prazo para o prévio pagamento compulsório do rateio do tributo, tendo como limite individual a despesa realizada.

41. O Código Tributário Nacional tem regras próprias sobre vigência e interpretação das normas tributárias. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Os tratados e as convenções internacionais não têm o condão de revogar ou modificar a legislação tributária interna, uma vez que tal expediente é privativo das leis complementares.
- (B) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito tratando-se de ato não definitivamente julgado quando passe a defini-lo como infração.

- (C) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá fazer uso de sucessivos mecanismos, sendo um deles o da equidade.
- (D) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

42. Sobre a interpretação da lei tributária prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Interpreta-se livremente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (B) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, mas não quanto à imputabilidade.
- (C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.
- (D) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo, do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

43. Ao prescrever regras sobre a obrigação tributária, o Código Tributário Nacional afirma que

- (A) a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados solidários, favorece aos demais, mas não os prejudica.
- (B) o sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público ou privado, titular da competência originária ou delegada para exigir o seu cumprimento.
- (C) a definição legal do fato gerador é interpretada, considerando-se os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- (D) o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

44. São causas de suspensão do crédito tributário:

- (A) moratória e parcelamento.
- (B) parcelamento e remissão.
- (C) medida liminar em mandado de segurança e transação.
- (D) moratória e decisão administrativa irreformável.

45. **A respeito da administração tributária, assinale a alternativa correta.**
- (A) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, mas não tem o efeito de prova pré-constituída.
- (B) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- (C) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, ainda que pendente o prazo fixado para pagamento.
- (D) A omissão de quaisquer dos requisitos ao termo de inscrição de dívida ativa, ou o erro a eles relativo, não causa nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente.
46. **Na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas da informação contábil-financeira são divididas em**
- (A) qualitativas fundamentais e qualitativas de melhoria.
- (B) qualitativas da relevância e qualitativas da representação fidedigna.
- (C) qualitativas da essência sobre a forma e qualitativas da representação fidedigna.
- (D) qualitativas do conservadorismo e qualitativas da informação contábil.
47. **As contas do ativo e as despesas possuem natureza devedora, pois o saldo**
- (A) aumenta com créditos e diminui com débitos.
- (B) diminui com débitos e aumenta com débitos.
- (C) diminui com créditos e aumenta com créditos.
- (D) aumenta com débitos e diminui com créditos.
48. **É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Esse elemento é denominado**
- (A) capital a integralizar.
- (B) patrimônio líquido.
- (C) ajuste de avaliação patrimonial.
- (D) propriedade para investimento.

49. **Consoante ao Livro Diário nas sociedades, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) É indispensável e pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (B) A escrituração do Livro Diário não pode ser substituída pela escrituração do Livro Razão.
- (C) A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado financeiro.
- (D) É um Livro que contém os registros contábeis de todos os lançamentos em ordem cronológica.

50. **Uma empresa apresenta como extrato de seu Livro Razão a seguinte relação de contas e seus respectivos saldos:**

Depreciação Acumulada	R\$ 5.000,00
Duplicata Descontada	R\$ 3.000,00
Ações em tesouraria	R\$ 1.000,00
Reserva legal	R\$ 1.500,00
Ajuste de avaliação patrimonial positivo	R\$ 500,00
Caixa e equivalente de caixa	R\$ 12.000,00

Com base nessas informações, os saldos credores representam um valor de

- (A) R\$ 7.000,00.
- (B) R\$ 11.000,00.
- (C) R\$ 12.000,00.
- (D) R\$ 10.000,00.
51. **No Balanço Patrimonial, as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo que os demais passivos serão ajustados**
- (A) pelo custo de aquisição.
- (B) pelo método de equivalência patrimonial.
- (C) quando houver efeito relevante.
- (D) a valor realizável líquido de saídas.

52. Uma empresa apresentou as seguintes informações extraídas do Departamento de Contabilidade:

Resultado do Exercício antes das Participações Societárias	R\$ 400.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 50.000,00
Distribuição das Participações Societárias, conforme previsto no Estatuto Social da empresa:	
Participações das Debêntures	10%
Participações dos Empregados	10%
Participações dos Administradores	10%
Participações das Partes Beneficiárias	10%
Participações dos Fundos de Assistência	10%

Com base nessas informações, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, as Participações dos Fundos de Assistência apresentarão um valor de

- (A) R\$ 22.963,50.
(B) R\$ 25.515,00.
(C) R\$ 35.000,00.
(D) R\$ 40.000,00.

53. Considere as seguintes informações extraídas do sistema de gestão patrimonial de uma determinada sociedade anônima:

Custo Histórico (Aquisição)	R\$ 10.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 2.000,00
Valor Justo Líquido das Despesas de Venda	R\$ 6.000,00
Valor em Uso	R\$ 7.000,00

Com base nessas informações, ao aplicar o teste de redução ao valor recuperável desse ativo, fica evidenciada a ocorrência de uma perda por desvalorização no valor de

- (A) R\$ 4.000,00.
(B) R\$ 3.000,00.
(C) R\$ 2.000,00.
(D) R\$ 1.000,00.

54. Foram registradas as seguintes informações para a composição e a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de uma sociedade anônima:

Despesas com salários e encargos sociais:	R\$ 5.000,00
Vendas de mercadorias, produtos e serviços:	R\$ 80.000,00
Remuneração de capitais de terceiros:	R\$ 1.000,00
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos:	R\$ 60.000,00
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros:	R\$ 6.000,00
Impostos, taxas e contribuições:	R\$ 8.000,00
Depreciação, amortização e exaustão:	R\$ 1.400,00
Variação cambial ativa:	R\$ 1.700,00
Receita financeira:	R\$ 1.200,00
Remunerações de capitais próprios:	R\$ 1.500,00

Com base no exposto, é correto afirmar que o Valor Adicionado Líquido da sociedade será de

- (A) R\$ 11.200,00.
(B) R\$ 12.600,00.
(C) R\$ 14.000,00.
(D) R\$ 15.500,00.

55. A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) deverá

- (A) discriminar como ajustes de exercícios anteriores os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- (B) evidenciar as mudanças qualitativas e quantitativas ocorridas ao final do exercício financeiro, no patrimônio líquido da entidade.
- (C) indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) apurar o lucro líquido por ação do capital social e deverá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

56. Nos termos da legislação societária, as notas explicativas devem

- (A) indicar os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo.
- (B) indicar os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito não relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.
- (C) fornecer informações adicionais indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.
- (D) apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para seus negócios e eventos.

57. Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.
- II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) I, II e III.

58. O objetivo do auditor é preparar uma documentação que forneça

- (A) evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.
- (B) segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- (C) evidências de que a auditoria foi planejada e executada em conformidade com as normas e as exigências legais e regulamentares aplicáveis.
- (D) as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar as conclusões nas quais se baseia a sua opinião.

59. Em consonância com a estrutura conceitual para trabalhos de asseguração, o auditor independente é requerido a cumprir os seguintes princípios éticos:

- (A) integridade, objetividade, competência, zelo profissional, sigilo profissional e comportamento profissional.
- (B) integridade, apreço, objetividade, competência, honestidade, sigilo profissional e comportamento profissional.
- (C) integridade, apreço, imparcialidade, honestidade, competência, solidariedade, harmonia com a classe.
- (D) integridade, objetividade, competência, tempestividade, probidade profissional e sigilo profissional.

60. O parágrafo incluído no relatório do auditor referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância e fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis denomina-se
- (A) parágrafo de outros assuntos.
 (B) parágrafo de ênfase.
 (C) parágrafo introdutório de auditoria.
 (D) parágrafo de evidências de auditoria.
61. Referente à formação e à modificação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).
- I. O relatório do auditor não pode ter data anterior à data em que ele obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações contábeis.
- II. Quando o auditor prevê modificar a opinião no seu relatório, ele deve comunicar aos responsáveis pela governança as circunstâncias que levaram à modificação prevista e o texto proposto da modificação.
- III. Quando o auditor se abstém de expressar uma opinião devido à impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, ele deve especificar sua opinião sobre as demonstrações contábeis no relatório de auditoria.
- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas I e III.
 (C) Apenas II.
 (D) I, II e III.
62. Na auditoria, a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis
- (A) pelo controle interno da entidade e da sua contabilidade.
 (B) pela governança da entidade e da sua administração.
 (C) pela governança da entidade e do seu controle interno.
 (D) pela contabilidade da entidade e da sua administração.
63. O auditor deve determinar o tamanho da amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível minimamente aceitável. Esse nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigida. Assim, quanto
- (A) menor será o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
 (B) maior será o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
 (C) menor será o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
 (D) maior será o risco que o auditor não estará disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
64. A NBC TA 300 (R1) é o normativo que trata da responsabilidade do auditor no planejamento da auditoria das demonstrações contábeis. Sobre esse assunto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.
- I. A estratégia global de auditoria é mais detalhada que o plano de auditoria, visto que inclui a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados pelos membros da equipe de trabalho.
- II. O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário no curso da auditoria.
- III. O planejamento não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, o qual, muitas vezes, começa logo após a conclusão da auditoria anterior.
- (A) Apenas I e II.
 (B) Apenas I e III.
 (C) Apenas II e III.
 (D) I, II e III.
65. Envolver a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade é um procedimento de auditoria característico da
- (A) observação.
 (B) reexecução.
 (C) inspeção.
 (D) circularização.

66. Referente à documentação de auditoria, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A documentação de auditoria fornece evidência da base do auditor para uma conclusão quanto ao cumprimento do objetivo global do auditor.
- (B) A documentação de auditoria serve para várias finalidades adicionais, que incluem assistir a equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria.
- (C) O auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor inexperiente, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, entenda.
- (D) Ao documentar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria executados, o auditor deve registrar quem executou o trabalho de auditoria e a data em que foi concluído.

67. As ameaças à independência do auditor podem ser criadas por ampla gama de relações e circunstâncias. A ameaça de que o auditor não avaliará apropriadamente os resultados de julgamento dado ou serviço prestado anteriormente por ele, ou por outra pessoa da firma dele, em que o auditor confiará para formar um julgamento como parte da prestação do serviço atual refere-se

- (A) ao interesse próprio.
- (B) à familiaridade.
- (C) à intimidação.
- (D) à autorrevisão.

68. Quando um auditor realiza uma seleção com base em valores em que o tamanho, a seleção e a avaliação da amostra resultam em uma conclusão em valores monetários, esse método de seleção de amostra é denominado

- (A) amostragem de unidade monetária.
- (B) seleção sistemática.
- (C) seleção aleatória.
- (D) seleção de bloco.

69. Nos termos da NBC PA 11 – Revisão Externa de Qualidade pelos Pares –, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa revisão constitui-se em um processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores internos.

- (B) O Auditor deve submeter-se à Revisão pelos Pares, no mínimo, uma vez a cada ciclo de 04 (quatro) anos.
- (C) A revisão poderá abranger aspectos de atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, quando aplicável, a outras normas emitidas por órgão regulador.
- (D) O objetivo da Revisão pelos Pares é o de avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela firma de auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos serviços contábeis desenvolvidos.

70. As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de que

- (A) a fraude é um ato intencional da ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. Além disso, o risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é menor do que no caso de fraude cometida por empregados.
- (B) a fraude é um ato intencional da ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. Apesar de o auditor poder suspeitar da ocorrência de fraude ou identificá-la, ele poderá estabelecer juridicamente se ela realmente ocorreu.
- (C) a fraude é um ato intencional da ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis, sendo que a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.
- (D) a fraude e o erro são atos intencionais da ação subjacente que resultam em distorção nas demonstrações contábeis, sendo que a principal responsabilidade pela prevenção e detecção do erro e fraude é dos responsáveis pela auditoria, controle interno e contabilidade.

71. Conforme preceitua a Constituição do Brasil, o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos anuais são estabelecidos em leis de iniciativa de qual(is) poderes?
- (A) Poder Judiciário.
(B) Poder Legislativo.
(C) Poder Executivo.
(D) Poderes Executivo e Legislativo.
72. Assinale a alternativa que apresenta uma das características do orçamento público que decorre das receitas efetivamente obtidas.
- (A) Previsão.
(B) Autorização.
(C) Fiscalização.
(D) Contingenciamento.
73. Uma forma de definir os procedimentos orçamentários do setor público é via princípios consagrados entre os tratadistas do assunto. Assinale a alternativa que apresenta o princípio orçamentário que é considerado inócuo e inadequado do ponto de vista da estabilização da economia.
- (A) Equilíbrio.
(B) Exatidão.
(C) Clareza.
(D) Exclusividade.
74. A receita pública pode ser corrente, incluindo a arrecadação de tributos e de capital que incluem empréstimos. Assim, são algumas das bases tributárias sobre as quais são calculados e cobrados os tributos:
- (A) finalidade social, natureza, incidência legal, incidência econômica, política estatal e esferas de transferências.
(B) valor da propriedade, vendas de ativos reais e de mercadorias, fluxo de renda e transações financeiras.
(C) atividade econômica, ocupação laboral, exercício profissional e utilização de serviços públicos.
(D) atividade básica, assistência social, suporte urbano, apoio logístico e mobilidade pessoal.
75. As despesas públicas são classificáveis segundo vários critérios. Assinale a alternativa que apresenta alguns desses critérios de classificação das despesas públicas.
- (A) Operações sociais e circulação.
(B) Pessoal ocupado e investimentos.
(C) Melhorias públicas e contribuinte.
(D) Instituição executora e programas.
76. Os créditos adicionais são as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Assinale a alternativa que apresenta somente exemplos de destinação de créditos adicionais extraordinários.
- (A) Comoção intestina e despesas imprevistas.
(B) Reforço de dotação orçamentária e despesas urgentes.
(C) Caso de guerra e despesas sem dotação orçamentária específica.
(D) Calamidade pública e despesas suplementares de custeio e investimento.
77. Dentre os estágios das despesas públicas, qual consiste na verificação com a finalidade de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação?
- (A) Fixação.
(B) Empenho.
(C) Liquidação.
(D) Pagamento.
78. Assinale a alternativa que apresenta somente exemplos de dívida ativa não tributária que proporciona crédito à fazenda pública.
- (A) Impostos e tributos com seus adicionais e multas.
(B) Contribuições estabelecidas em lei e custas processuais.
(C) Taxas de ocupação e adicionais de tributos ou impostos.
(D) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e Imposto Predial e Territorial Urbano.

79. A accountability na administração pública significa a responsabilização dos agentes públicos e dos governantes por seus atos. Assinale a alternativa que apresenta as dimensões da accountability no campo da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

- (A) Capacidade de resposta e deliberação.
- (B) Planejamento, avaliação e controle.
- (C) Informação, justificação e punição.
- (D) Transparência e governança.

80. Conforme a Lei nº 4.320/1964, em relação à Lei de orçamento, as despesas correntes podem ocorrer por transferências correntes. Assinale a alternativa que apresenta as possibilidades de subvenções previstas na referida lei.

- (A) Subvenções permanentes e subvenções temporárias.
- (B) Subvenções sociais e subvenções econômicas.
- (C) Subvenções mínimas e subvenções máximas.
- (D) Subvenções fiscais e subvenções políticas.